

Apropriação da internet na atuação política de organizações da sociedade civil de Salvador

JUSSARA BORGES, BRUNA LESSA E GLEISE BRANDÃO

ABSTRACT

The article aims to report the prevailing forms of political participation by civil society organizations (CSO) in Salvador-Bahia-Brazil and the use they give to internet in the process. This is an applied research, we use the literature review and empirical research consists of five phases, the interview is the instrument used for collecting data. The results show that participation in debates and forums, search for information, awareness and advocacy are among the forms of political participation more recurrent among organizations. The use of the internet in this context is closely related to communication, obtaining and/or seek information and visibility of services and political actions developed. However, more specific employment was seen as the emergence of the use of electronic social networking, accountability on the website and fundraising. The results suggest that the internet itself does not boost political participation, since it operates in a complementary way, but potentiates the action already effected by the CSO.

KEYWORDS: Political participation, Internet, Civil Society Organizations

1 INTRODUÇÃO

O conceito e os níveis de participação política popular não encontram unanimidade entre os teóricos da democracia. Desde os que restringem a participação ao direito ao voto até os que defendem a democracia direta, observa-se uma diversidade de posicionamentos. Ugarte (2004) diz que a dimensão dos espaços de decisão coletiva e as modalidades de participação popular são precisamente os pontos de maior controvérsia entre os teóricos.

O termo "participação", por sua vez, vem sendo empregado em múltiplos contextos e emergiu como um conceito dominante, embora cercado de expectativas nem sempre convergentes:

As corporações imaginam a participação como algo que podem iniciar e parar, canalizar e redirecionar, transformar em mercadoria e vender. Os proibicionistas estão tentando impedir a participação não autorizada; os cooperativistas estão tentando conquistar para si os criadores alternativos. Os consumidores, por outro lado, estão reinventando o direito de participar da cultura, sob suas próprias condições, quando e onde desejarem. Esse consumidor, mais poderoso, enfrenta uma série de batalhas para preservar e expressar seu direito de participar (JENKINS, 2008: 228).

Neste contexto, muitos estudos têm se voltado para as possibilidades de uso político da internet. Alguns pesquisadores acreditam inclusive que esta proporcionaria um momento no qual se poderia reviver o sentido político da democracia direta, considerando a internet como uma nova ágora digital. Este trabalho, entretanto, considerando os caminhos que a participação política tomou na democracia, segue uma linha de raciocínio diferente, levantando as possibilidades que a internet apresenta para a extensão da participação em democracias representativas, mais que sua substituição pelo modelo direto.

Para a observação empírica do uso da internet para ações políticas foram selecionadas organizações da sociedade civil (OSC). Essas organizações despontaram como um ator social relevante para se observar a participação política, porque tanto a evolução democrática no contexto nacional, quanto a evolução de suas práticas tem convergido para impulsioná-las a atuar fortemente neste campo.

Assim, como aponta Bresser-Pereira (1995), embora a ponte formal entre a sociedade civil e o Estado seja representada, nas sociedades modernas, pelos procedimentos democrático-eleitorais e pela existência do parlamento e dos partidos políticos, "a democracia dos modernos é pluralista, vive sobre a existência, a multiplicidade e vivacidade das sociedades intermediárias." (Bobbio, 2007: 152). Também diversos autores vislumbram em organizações da sociedade civil possibilidades para revigorar o poder de comunidades, formar cidadãos, fomentar valores de respeito e colaboração, representar interesses de grupos excluídos etc. (Maia, 2011).

Portanto, entender a evolução da participação política e como esta é compreendida e exercida por organizações da sociedade civil pode ajudar-nos a lançar luz sobre os caminhos e entraves que as sociedades democráticas têm encontrado no seu desenvolvimento político.

Assim, este artigo apresenta parte dos resultados do projeto de pesquisa "Competências infocomunicacionais: um conceito em desenvolvimento" desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos em Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (Gepicc). O objetivo deste artigo é relatar as formas de participação política praticadas por organizações da sociedade civil de Salvador e o emprego que dão à internet neste processo.

Para tanto, o trabalho está organizado em quatro partes principais: começa-se pela discussão conceitual da relação entre participação política e internet. Este referencial teórico vai dar embasamento à discussão dos resultados encontrados em campo, que levam à análise empírica. Para além dessas duas sessões, o trabalho dedica-se a explicar os procedimentos metodológicos empregados. Por fim, todos esses elementos vão fornecer a base para compreendermos como as tecnologias de informação e comunicação (TIC) inserem-se no contexto da atuação política de organizações da sociedade civil no Brasil.

2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INTERNET: ASPECTOS CONCEITUAIS

Dahlberg (2001) observou que a emergência da internet levou três dos principais modelos de democracia a se voltarem para suas potencialidades. Para o modelo liberal, a Rede oferece um meio poderoso para o cidadão ter acesso à informação atualizada e fazer suas escolhas, qualificando assim a competição de interesses. Já para o modelo comunitarista, a internet promete ser um meio ideal para o diálogo através do qual se descobre identidades e propósitos compartilhados, ou seja, o diálogo é desejável para descobrir o bem comum já existente. Em contraste, o modelo deliberativo vê o diálogo como um meio através do qual os participantes podem entender e discutir as diferenças. Para esses espaços discursivos, o modelo deliberativo apoia-se na ideia de esferas públicas que podem se constituir através da internet. De fato, com a chegada da internet, Gomes (2005: 218) diz que a introdução dessa nova plataforma tecnológica:

[...] faz ressurgir fortemente as esperanças de modelos alternativos de democracia, que implementam uma terceira via entre a democracia representativa, que retira do povo a decisão política, e a democracia direta, que a quer inteiramente consignada ao cidadão. Estes modelos giram ao redor da ideia de democracia participativa e, nos últimos dez anos, na forma da democracia deliberativa, para a qual a Internet é decididamente uma inspiração.

Johnston (2010) aposta na transparência dos processos políticos já existentes como a base para o aumento da participação do cidadão. Chrissafis e Rohen (2010: 91) acreditam que as tecnologias digitais podem simplificar os processos de tomada de decisão e contribuir para tornar mais claros os textos legislativos: "estas tecnologias podem ajudar a visualizar os argumentos e os impactos das decisões propostas, monitorar os processos de decisão e permitir aos cidadãos descobrir quais decisões estão sendo tomadas e quando é apropriado agir."¹

¹ "These technologies can help visualise arguments and impacts of proposed decisions, monitor decision-making processes and enable citizens to find out what decisions are being taken and when it is appropriate to act."

Bucy e Gregson (2001: 365) acreditam na intensificação da comunicação entre cidadãos e políticos: "ao invés de ser imposto um papel passivo no processo político, o eleitorado é simbólica ou materialmente empoderado através da arquitetura de comunicação em duas vias para interagir diretamente com os candidatos."²

No âmbito da comunicação, Wolton (2006) chama a atenção que há uma contradição entre um gigante da informação e um anão da ação política, ou seja, a crescente disponibilização de informação, embora condição indispensável para o desenvolvimento democrático, não significa melhor comunicação, nem maior participação política. A comunicação exige, mais que um meio e uma mensagem, um receptor disposto e apto a ouvir, compreender e interagir. A internet deu voz a muitos indivíduos e grupos antes "mudos socialmente", mas não pode garantir que de fato sejam ouvidos:

Hoje, saturado por todas as informações que recebe sem poder agir, o cidadão não se pode tornar um 'Apolo da informação' [...] Existe portanto uma disfunção no que respeita ao esquema da sociedade da informação. A informação não só já não cria directamente comunicação, como também já não cria directamente capacidade de acção (Wolton, 2006: 69).

Também numa perspectiva crítica, Kumar (2006: 71) avalia que a despeito da potencialidade das TIC para produzir mudanças radicais nos costumes sociais, a nova tecnologia "está sendo aplicada em uma estrutura política e econômica que confirma e reforça padrões existentes, ao invés de gerar outros." Para o autor, aqueles grupos historicamente marginalizados do acesso aos bens e serviços, excluídos da participação política e social e, portanto, alijados de sua cidadania, permanecem clientes passivos, compradores e consumidores.

Os dados empíricos da pesquisa de Gennaro e Dutton (2006) entre os britânicos corroboram esse ponto de vista: as desigualdades da participação política *off-line* tendem a ser reproduzidas e aumentadas na participação *on-line*. Se na participação *off-line*, os indivíduos de grupos socioeconômicos mais baixos apresentam pouco engajamento cívico, ainda menos da metade desses tinham engajamento em participação *on-line*.

A mesma pesquisa apontou que apenas um quinto dos britânicos usou a internet para buscar informação política e, embora 92% deles a utilizem como canal de comunicação, o contato com os políticos foi o menos frequente uso auferido. Os autores concluem que o potencial da internet para aumentar o engajamento político *on-line* pela facilidade de acesso à informação e aumento das oportunidades de comunicação é subutilizado. Observando o quesito informação política da perspectiva do acesso, DiMaggio e outros (2001), baseados em pesquisas anteriores, apontam que a internet atua mais como um complemento para aqueles que já usavam outras fontes para manterem-se informados do que fomenta esse acesso.

² "Rather than being proscribed a passive role in the political process, the electorate is symbolically or materially empowered through the two-way communication architecture to interact directly with candidates."

No que tange à comunicação, no entanto, deve-se relativizar a conclusão de Genaro e Dutton (2006) porque a forma de participação política considerada – contato com políticos – limitou-se à comunicação com um ator social, quando a comunicação política pode ocorrer com outros cidadãos, organizações sociais, instituições públicas, entre outros.

Então, se por um lado a democracia encontra terreno profícuo para ser fortalecida, “pelo fato de a informação ser amplamente distribuída e os fluxos de informação não poderem mais ser controlados a partir do centro” (Akutso e Pinho, 2002: 3), por outro lado há outros condicionantes. Para Maia (2008: 285) “há pouca evidência de que o acesso mais amplo às tecnologias irá, por si e sem mais, expandir o interesse pelas questões políticas simplesmente porque uma parcela maior do público tem chances de participar.”

Sampaio (2010), que realizou uma revisão de literatura quanto à relação entre participação política e internet, acabou por concluir que os seus usos abrem tantas possibilidades que é fácil assumir um discurso triunfalista ou apocalíptico e encontrar evidências empíricas para embasar um e outro discurso. Para Ziba (2007) essa contradição acontece porque a literatura tende a focar no uso da tecnologia em si, negligenciando outros parâmetros. Para esse autor, a promoção da participação e inclusão através das tecnologias tem de ser um caso de ação sociotécnica, em que as influências sociais e técnicas são igualmente consideradas para promover a participação dos cidadãos. Ao estudar o caso de Malawi, Ziba (2007) observou que as experiências mais bem-sucedidas foram aquelas em que os atores locais tiveram autonomia para participar das escolhas tecnológicas e escolher como se daria a participação.

Por outro lado, Sampaio (2010: 47) argumenta que “há diversos casos que apontam incremento de valores democráticos, que só foram permitidos pelo uso da Internet.” Inegavelmente a internet facilita práticas de *accountability*, mobilização de grupos e deliberação pública. Práticas essas que incidem no desenvolvimento de valores democráticos. Entretanto, a motivação para a participação política está relacionada a outros condicionantes como a geração de efeitos reais no sistema político – o que implica em vontade política dos representantes –, confiança dos cidadãos na efetividade de sua participação e uma política que mantenha canais e oportunidades de participação abertos e contínuos. Como sumariza Pinho (2011: 103): “a internet cria possibilidades infinitas de participação, mas estas só se cristalizam se despertarem o interesse de um grande número de usuários.”

Macintosh e Whyte (2006), a partir da avaliação de programas locais de participação política no Reino Unido, concluíram que a motivação para participar era mais importante que as ferramentas. Por outro lado, “classificar a Internet como neutra é ignorar os avanços democráticos que podem ser conquistados por determinadas utilizações de diferentes ferramentas digitais, usos que não seriam possíveis sem sua presença.” (Sampaio, 2010: 43). Para Gomes (2011), se genericamente tomados, os usuários da internet não estão grandemente interessados em política, mas eles podem participar de modo extremamente relevante em circunstâncias específicas, como as manifestações antiglobalização de Seattle, a eleição de Obama e o protesto iraniano no Twitter:

Isso me leva à ideia de que a participação *on-line* passa por questões relacionadas ao desejo tanto quanto por questões relacionadas a meios, motivos e oportunidades de participação. Se, quando assim deseja, o cidadão puder encontrar ou criar canais adequados de participação, estará, então, assegurado o princípio segundo o qual numa sociedade democrática saudável, todo concernido deve poder participar, embora nem todos concernidos sejam sempre e efetivamente participantes. O cidadão que usa intensamente tecnologias de conexão digital pode estar em estado de latência no que tange à participação e ao engajamento. (Gomes, 2011: 39-40)

As discussões teóricas sobre participação política tendem a estudar a participação individual e institucionalizada. Neste trabalho no entanto, o foco direciona-se à participação de coletivos da sociedade civil e sob a perspectiva daquilo que essas organizações compreendem como atuação política, o que pode incluir formas não institucionalizadas de atuação, como a organização de manifestações e a formação de lideranças comunitárias. Como Carpentier (2012) salienta, no Brasil observa-se o crescimento da diversidade de práticas políticas orquestradas por atores que frequentemente se situam fora do terreno da política institucionalizada, como grupos de interesse, movimentos sociais, ativistas e organizações da sociedade civil: "Em alguns casos, essas práticas políticas ainda visam impactar diretamente na política institucionalizada, mas em outros casos, seus objetivos políticos divergem do tradicional e são destinadas à mudança cultural." (Carpentier, 2012: 169)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa aplicada caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, na medida em que busca descobrir os conceitos relacionados à participação política e às práticas existentes no contexto em que ocorrem, sendo analisadas numa perspectiva integrada. Os problemas de pesquisa delimitados levaram à definição de uma estratégia de investigação organizada em duas componentes principais: revisão bibliográfica e pesquisa empírica.

A necessidade de conhecimento do contexto em que a problemática se insere tornou indispensável o recurso à revisão bibliográfica nesta pesquisa, haja vista que "as construções explicativas são elaboradas no decurso da pesquisa, pela interação entre os quadros de referência conceptuais disponíveis e os dados de terreno." (Guerra, 2010: 25). Neste sentido, houve a necessidade de aprofundamento teórico em torno dos conceitos de participação política, internet e organizações da sociedade civil, levantados em bases de dados da área de Ciências Sociais Aplicadas, pesquisadas a partir do Portal de Periódicos da Capes.

No que tange a pesquisa empírica, a amostra é composta por 32 organizações da sociedade civil de Salvador. Capital do Estado da Bahia, Salvador é o município mais

populoso do nordeste brasileiro, com cerca de 2,7 milhões de habitantes. A cidade historicamente concentra organizações da sociedade civil (OSC) atuando em frentes múltiplas de defesa de direitos civis e mediações políticas. Dada a quantidade e diversidade dessas organizações, fez-se uma seleção a partir do banco de dados do Cadastro Nacional de Entidades (CNE) do Ministério da Justiça do Brasil. A partir do Relatório Eletrônico de Prestação de Contas que cada organização disponibiliza no CNE, foram utilizados os seguintes critérios de seleção:

- a) Organizações que responderam afirmativamente quanto à sua contribuição para ampliação da democracia e fortalecimento da cidadania no Questionário para Avaliação da Inserção Social.
- b) Organizações que tenham assento como titulares em conselhos de políticas públicas. Com a aplicação destes dois primeiros critérios busca-se selecionar aquelas organizações que se dispõem a ter atuação política;
- c) Organizações que já atuavam em 1995, ano da entrada da internet comercial no Brasil. Com este requisito procura-se ter acesso a informações sobre as mudanças demandadas pela inserção das TIC.

Com a aplicação desses critérios, chegou-se às 32 organizações que participaram do estudo. O instrumento de coleta de dados utilizado consiste na entrevista semiestruturada, realizada individualmente com os gestores de cada organização. A análise desses dados é primariamente qualitativa, para tanto se adotou a técnica de análise de conteúdo por meio da abordagem descritiva, correlacional e interpretativa. Contudo, análises quantitativas foram adotadas, como complementares, visando à representação dos dados por meio de gráficos, quadros e tabelas.

Na discussão dos resultados, a seguir, algumas falas dos entrevistados serão apresentadas a título ilustrativo dos dados obtivos. Para destacá-las, elas serão apresentadas em itálico.

4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INTERNET: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES EMPÍRICAS

Nesta parte do trabalho serão apresentados os resultados que constituem, em última análise, sua contribuição original. Os resultados são fruto da análise entre os dados obtidos com a pesquisa de campo e o referencial teórico.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

Antes de se tratar da atuação política das organizações, é preciso registrar que nenhuma foi criada com fins políticos. Elas surgem com objetivos específicos de natureza social e que se mantêm ao longo do tempo. Para evidenciar isso, buscou-se uma generalização – embora todas as organizações atuem em mais de uma causa – na qual elas foram classificadas de acordo com seus objetivos iniciais (Quadro 1).

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO INICIAL DAS ORGANIZAÇÕES

QUANT.	CATEGORIAS	NOME DA ORGANIZAÇÃO
8	<p>DEF Organizações que direcionam esforços para defesa de direitos e inclusão social de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física ou mental</p>	Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Salvador (Apae)
		Associação Bahiana de Recuperação do Excepcional (Abre)
		Associação Baiana de Deficientes Físicos (Abadef)
		Associação de Pais e Amigos de Crianças e Adolescentes com Distúrbios de Comportamento
		Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado da Bahia (Apada)
		Instituto de Organização Neurológica da Bahia (Ionba)
		Instituto Guanabara
		Instituto de Cegos da Bahia
8	<p>COM Instituições que atuam em causas relacionadas à organização e fortalecimento de comunidades</p>	Associação Beneficente de Defesa e Recreativa 28 de setembro
		Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec)
		Clube de Mães do Bairro de Pernambucoés
		Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese)
		Fundação Odebrecht
		Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia
		Voluntárias Sociais da Bahia
		Associação Centro Social Fraternidade Bahiana

QUANT.	CATEGORIAS	NOME DA ORGANIZAÇÃO
6	REL Organizações ligadas a ordens católicas ou centros espíritas	Centro Espírita Celeiro de Paz
		Centro Espírita Deus, Luz e Verdade
		Federação Espírita do Estado da Bahia (Feeb)
		Fundação Lar Harmonia
		Instituto Social das Medianeiras da Paz
		Fundação Instituto São Geraldo
5	EDU Organizações que começaram suas atividades voltadas para a educação	Associação e Centro de Educação Maria Dolores
		Instituto Nossa Senhora da Salette
		Associação Universitária e Cultural da Bahia
		Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim
		Colégio do Sagrado Coração de Jesus
2	ABR Organizações que têm como ação prioritária o abrigo de menores ou idosos	Fraternidade Nossa Senhora da Piedade (Abrigo Mariana Magalhães)
		Casa de Santa Maria
2	SAU Organizações que podem ser enquadradas entre aquelas que prestam prioritariamente serviço de promoção e proteção da saúde	Grupo de Apoio à Criança com Câncer de Salvador (Gacc)
		Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil (Nacci)
1	AMB Organizações que têm como foco questões relacionadas ao meio ambiente	Instituto de Permacultura da Bahia

Fonte: Pesquisa das autoras, 2013.

Essa rápida caracterização é, claro, insuficiente para definir as organizações com as quais se está trabalhando. De qualquer sorte, como se verifica no âmbito das OSC em geral, elas são bastante heterogêneas: têm metas diversas, a partir de motivações diferentes, escolhem linhas de ação específicas, nem sempre compartilham os mesmos valores e têm visões por vezes conflituosas dos demais atores sociais – principalmente do poder público – e do seu próprio papel político.

A partir dessa classificação generalista, temos sete grandes categorias, de acordo com as áreas iniciais de atuação. Considerando a diferença de proporções, a pesquisa de Teixeira (2008) obteve resultados semelhantes: das 1821 organizações cadastradas, apenas 1% pôde ser considerada de natureza política, destacando-se os fóruns ou grupos de cidadania, voltados para o acompanhamento das ações governamentais em 11 municípios do interior baiano.

No entanto, a despeito das organizações aqui pesquisadas manterem seus objetivos fundacionais, a participação política parece ser um fenômeno que posteriormente se impõe justamente para atingir os objetivos "não políticos", conforme transparece na fala:

"A gente vai [aos conselhos de políticas públicas] para representar a população. Trazeremos as informações desses espaços para a comunidade e levamos os problemas da comunidade para lá também. Assim, esses fóruns contribuem de forma substancial para o desenvolvimento de nossas atividades" (REL)

Vale ressaltar, no entanto que, embora em menor número, há organizações que reconhecem que a política está na raiz de sua atuação:

"A todos instante fazemos política. Não existem ações nesse nível que não tenham o cunho político. A política é inerente a essas ações. Se a gente interage com a sociedade, interage com o poder público, interage com os associados, a gente está fazendo política a todo instante." (DEF)

Essa fala nos leva para a questão da articulação entre os objetivos da organização e as formas de participação. O principal motivo por que as organizações envolvem-se em questões políticas é a percepção de que isso se torna necessário para atingir seus objetivos precípuos. Questionados sobre como se dá essa articulação, as respostas podem ser agrupadas em cinco pontos principais, conforme é demonstrado no Quadro 2:

QUADRO 2 – RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO E A ATUAÇÃO POLÍTICA

OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO X ATUAÇÃO POLÍTICA	Nº de OSC
A atuação política passa a ser alvo natural da organização quando envolve temas ligados ou coerentes com sua missão, visão ou objetivos.	09
A atuação política é uma forma de fazer parte, de inteirar-se do que ocorre e de marcar presença.	08
A atuação política é fundamental para envolver poder público e sociedade em torno da causa em que militam, bem como conseguir parceiros.	05
A atuação política passa a fazer parte das atividades porque o trabalho é voltado para a comunidade e tudo que a envolve.	03
A atuação política é necessária para conseguir benefícios e políticas públicas.	02
Não sabe / Fugiu à questão.	05

Fonte: Pesquisa das autoras, 2013.

Deve-se registrar que essa classificação foi construída a partir da interpretação e síntese das entrevistas, de sorte que as organizações raramente poderiam ser enquadradas em apenas uma das respostas; antes, o enquadramento é fruto daquilo que se inferiu como a principal justificativa dada para a interação entre participação política e objetivos. Além disso, para cinco organizações a resposta fugiu à questão e, embora a estratégia da entrevista permita que se insista na pergunta, parece que nesses cinco casos, as organizações não tinham nitidez sobre como a participação política que desenvolvem contribui para os objetivos.

De qualquer forma, a maioria das organizações tem clareza da atual intersecção entre seus objetivos e a participação política, ainda que esta ocorra por vias alternativas às tradicionais vinculações a atores políticos. Observando pela perspectiva das mudanças culturais, nomeadamente da cibercultura, Deuze (2006) também percebeu que no campo político, a noção de cidadania e engajamento cívico como filiação a um partido e lealdade eleitoral são coisas do passado. Os cidadãos não estariam mais necessariamente enquadrados com a "direita" ou a "esquerda", mas se identificam com diferentes questões, escolhas e estilos de vida. Pinho (2011: 100) relaciona tal mudança àquelas promovidas pelo meio digital: "a política no meio digital se desgarrá da política convencional baseada em partidos políticos arregimentando outros tipos de militantes, mais baseados em grupos ou atividades individuais que se distanciam das ações típicas dos partidos políticos." A fala seguinte é ilustrativa das vias alternativas a que se aludiu acima:

“Como falamos em promover a inclusão social, a gente precisa abrir caminhos. Então, esses caminhos são abertos dessa forma, na participação efetiva nos espaços públicos de discussão, que são os conselhos e as câmaras técnicas. A gente traz a nossa experiência enquanto associação de defesa de direitos, a realidade prática do que a gente vivencia e luta para que possam valer esses direitos.” (DEF)

Outro dado que corrobora esse argumento é o nível de prioridade que as organizações dão à participação política entre suas frentes de atuação. A atuação política situa-se como máxima prioridade ou entre as principais prioridades para 71,8% delas (Quadro 3).

QUADRO 3 – NÍVEIS DE PRIORIDADE DA ATUAÇÃO POLÍTICA

NÍVEIS DE PRIORIDADE	QUANTIDADE	PERCENTAGEM	PRINCIPAIS JUSTIFICATIVAS
Máxima prioridade	12	37,5%	Atuação política sempre foi prioridade
Entre as principais prioridades	11	34,3%	Objetivos e atuação política andam em paralelo
Média prioridade	6	18,7%	Participação eventual e localizada de acordo com a área de atuação
Média prioridade	3	9,3%	Carência do quadro funcional para estar nos espaços de participação

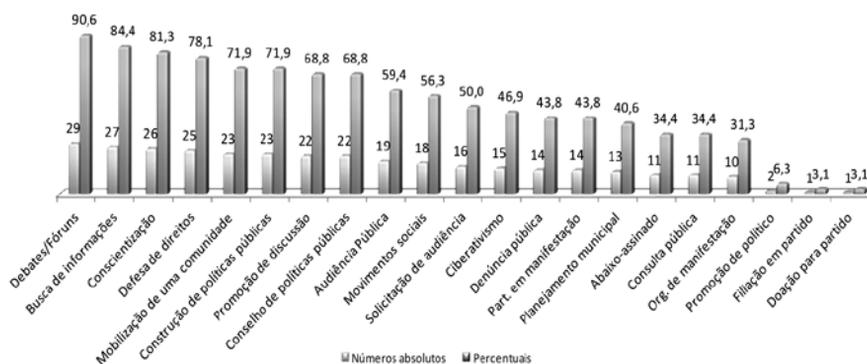
Fonte: Pesquisa das autoras, 2013.

As informações demonstram que as organizações da sociedade civil percebem-se como atores atuantes e corresponsáveis pelas questões públicas, direcionam recursos e energia para tal – como investimento em infraestrutura tecnológica e formação de recursos humanos – para participar de um contexto crescentemente mediado pelas TIC, temática a ser desenvolvida na seção 4.3 deste artigo. Antes, veremos qual o conceito de participação política para as organizações e como ele se aplica em termos de ações.

4.2 AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A partir de levantamento realizado por pesquisa anterior (Borges, 2012), foram propostas 21 formas de participação política às organizações. Todas as formas foram assinaladas por pelo menos uma das organizações, embora a **filiação** e a **promoção de partido político** tenham sido assinaladas por apenas uma (Gráfico 1). Em geral, as organizações procuram distanciar-se do meio político-partidário: *“Não temos vinculação política, inclusive no estatuto nossa atividade é totalmente desvinculada de qualquer cunho político”* (REL). O posicionamento das OSC com relação aos candidatos e partidos políticos denota uma diferença característica da democracia brasileira se comparada à norte-americana, por exemplo, onde é mais comum a organização de interesses em torno de um partido que é apoiado inclusive financeiramente para as campanhas eleitorais. No Brasil, muitas vezes partidos e candidatos são vistos com desconfiança.

GRÁFICO 1 – FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS OSC



Fonte: Pesquisa das autoras, 2013.

A principal forma de participação política explicitada pelas organizações é a **participação em debates ou fóruns**. O discurso recorrente é que esses espaços públicos contribuem de diversas formas para o desenvolvimento democrático: tornam conhecido um determinado problema, promovem parcerias, propiciam a mudança ou consolidação de ideias, ajudam a organizar frentes de ação e encaminham propostas:

“A gente busca adequar os encaminhamentos que saem desses fóruns à nossa realidade. E também fazemos palestras para a comunidade informando o que foi apresentado nesses espaços para ajudar na conscientização.” (COM)

O levantamento conduzido por Cortês (2005b: 13) evidenciou que os “fóruns têm papéis diferenciados nos contextos institucionais e políticos em que se inserem e potencialidades muito diversas em termos do impacto sobre a formulação ou implementação de políticas [...]”. Na revisão de literatura empreendida pela autora foram encontradas abordagens otimistas – em que os fóruns participativos favoreceriam a democratização da gestão pública e o aprimoramento da implementação de políticas – e abordagens céticas, que compartilham a desconfiança sobre a democratização que os fóruns provocariam: “A natureza da vida cívica e da sociedade civil, o desenho institucional dos fóruns e o ambiente econômico e político nos quais eles se encontram não permitiriam acesso universal dos cidadãos à participação [...]”. (Cortês, 2005: 28).

Esta pesquisa não tem como propósito avaliar a efetividade da participação política das organizações ou a qualidade da representatividade da sociedade civil que desempenham. O que se pode afirmar é que se as organizações acreditam nesses espaços e para eles direcionam recursos e energia, é porque têm alguma efetividade.

O último trecho de fala transcrito também é ilustrativo de outra característica bastante comum entre as organizações que é a intersecção entre as formas de participação. Na fala, por exemplo, percebe-se a ligação entre a participação em fóruns com a promoção de espaços de discussão na comunidade e disso com a **conscientização ou formação de cidadãos** (participação esta citada por 26 organizações, 81,3% delas).

A despeito de vincular suas práticas com modelos de democracia, chama a atenção como o discurso das organizações quanto à conscientização se aproxima daquele emitido pelos teóricos participacionistas, para quem é nas associações ou grupos dos quais faz parte que o indivíduo desenvolve as características democráticas para interagir num sistema democrático em larga escala. (Pateman, 1992).

As organizações também reconhecem que não se trata de um projeto limitado no tempo, mas um processo de trabalho sistêmico e com resultados em longo prazo. Todavia, elas têm uma aposta grande na formação de cidadãos como também aparece em alguns documentos, a exemplo de um relatório de atividades:

O reconhecimento do trabalho da [organização] por parte da comunidade local contribui significativamente para manutenção e expansão das ações que desenvolve, no entanto, gera na população atendida grandes expectativas quanto à capacidade de atuação da instituição, o que em alguns contextos representam uma ameaça à **proposta de empoderar a comunidade** na construção e transformação de sua história, pois essa passa a aguardar da instituição a solução para suas limitações, dificultando o reconhecimento de

suas potencialidades e mobilização de esforços para reversão das dificuldades eminentes. Com o intuito de reverter esse quadro, buscamos **desenvolver ações com a comunidade e não mais para a comunidade**, envolvendo-a em processos de **formação, discussão e elaboração de políticas públicas e deliberações diversas**, dessa forma, a população passou a reconhecer-se instrumento fundamental para a modificação ou manutenção de sua realidade. (ACOPAMEC, 2008: 19-20, destaques nossos).

A citação também demonstra a articulação entre os conceitos de participação política, uma vez que a organização – como também transparece em outras – compreende a conscientização da comunidade para que esta tenha voz na elaboração de políticas públicas.

Em termos gerais, portanto, o conceito de participação política entre as organizações da sociedade civil envolve a discussão em espaços públicos e a formação de cidadãos em todas as suas nuances. Um elemento em especial tem um contributo importante na conformação desse conceito: o estabelecimento de **conselhos de políticas públicas** a partir da Constituição brasileira de 1988.

Na amostra estudada, em geral a participação em conselhos é justificada ou para a **busca de informações ou esclarecimentos** a fim de atuarem nos seus espaços de interesse ou para a **construção ou promoção de políticas públicas** (também citadas entre as principais formas de participação política com 84,4% e 71,9%, respectivamente), como pode ser identificado nos exemplos seguintes:

“Buscamos, nesses espaços, representar nossa organização. Assim, essa participação contribui, sistematicamente, tanto para trazermos informações relevantes para a nossa entidade quanto para levarmos nossos problemas para essas instâncias, com o objetivo de melhorar os serviços que prestamos aqui.” (DEF)

“Entendemos que essa participação [nos conselhos], na forma política, é que vai realmente garantir essa efetiva inclusão: a inclusão da pessoa com deficiência implica em promover políticas públicas e as efetivar.” (DEF)

A importância que as organizações atribuem à informação – 84,4% delas consideram que buscar informação e/ou esclarecimento é uma forma de atuar politicamente – é coerente com as principais correntes da teoria democrática: se para o modelo liberal o acesso à informação de boa qualidade é um de seus pressupostos (a visibilidade do trato com a coisa pública confere ao cidadão a capacidade de defender seus direitos e avaliar os representantes), para o modelo deliberativo cidadãos bem informados estão no próprio

cerne do modelo, porque é a informação que vai fornecer as condições para que o cidadão compreenda o cenário e possa formular intervenções abalizadas.

O conceito de cidadania para o modelo deliberativo incorpora a capacidade de interpretação da realidade e construção de sentido por parte dos indivíduos. O que importa na formação dos cidadãos, sob essa perspectiva, é que sejam capazes de construir significados. O acesso à informação é o próprio viabilizador do regime democrático deliberativo se admitirmos que esteja alicerçado na participação popular informada, consciente e capaz de compreender um contexto cada vez mais plural (Frade, 2002). Este, uma vez mais é um ponto delicado, quando se sabe que o acesso à informação não distorcida e relevante demanda não apenas recursos físicos, mas cognitivos. Além disso, grande parte dos assuntos em deliberação na arena política demanda conhecimentos sofisticados e capacidade de projeção de resultados. Essa questão, reconhecida e estudada pelo Gepicc sob o conceito de competências infocomunicacionais, foi alvo de reflexão em outra publicação (Borges et al., 2012).

Todas as organizações que participaram desta pesquisa têm assento em conselho de políticas públicas, uma vez que este foi um dos critérios de seleção das mesmas. O mais interessante, no entanto, é observar que 22 (68,8%) consideram essa atuação dentre as formas como participam politicamente. Os conselhos representam assunto controverso tanto na literatura quanto na concepção das organizações, porque a participação de organizações sociais em alguns conselhos é compulsória, por força de lei, como representantes da sociedade civil.

Pesquisa de Cortês (2005a), por exemplo, constatou que a maior parte dos conselhos criados na Região Metropolitana de Porto Alegre (que envolve 31 municípios) concentrou-se no período imediatamente posterior à normalização legal que vincula a transferência de recursos financeiros para o município à constituição dos conselhos. É questionável, portanto, se essa formação apressada dos conselhos repercute nos ganhos sociais para os quais legalmente foram constituídos.

Em menor número, mas presente na fala dos entrevistados está a associação entre a participação em conselhos de políticas públicas e a captação de recursos. Teixeira (2008: 120) também questiona a funcionalidade dos conselhos:

Os conselhos funcionam como mecanismos viabilizadores da descentralização administrativa – outra bandeira levantada no Brasil, nos anos 1980, ao lado da redemocratização. Foram instituídos verticalmente, como uma imposição desde o governo federal até os municípios, com aquele condicionando o repasse de recursos à instituição formal dos conselhos. Outra questão diz respeito à noção de co-gestão. [...] Essa possibilidade esbarra, contudo, na tradição autoritária patrimonialista e excludente que caracteriza a cultura política municipal brasileira. [...] Uma terceira questão refere-se ao perfil dos conselheiros. [...] Suas atribuições avançam para novos estágios da participação, ao prever funções de fiscalização e deliberação. Essas funções requerem um mínimo de qualificação técnica daqueles que se dispõem a realizá-las.

Vale considerar os dois lados: de fato, as ponderações de Teixeira são pertinentes e as organizações esboçam que conseguir assento em um conselho não é garantia de êxito, tanto pelos motivos por ele lembrados, quanto por outros de ordem prática, como ter tempo para se inteirar de todas as questões antes de ir para uma reunião, e outros de ordem mais complexa, como os conflitos de poder e os caminhos por que passa a conformação de uma política pública.

No entanto, é inegável que os conselhos representam espaços de aproximação da sociedade civil com a sociedade política. Os conselhos, a depender da sua atuação, podem significar uma alternativa àquilo que Gomes (2005: 216) identificou como uma das principais lacunas de democracia representativa: "a consolidação da experiência democrática moderna, principalmente através dos modelos de democracia representativa, findou por configurar uma esfera da decisão política apartada da sociedade ou esfera civil."

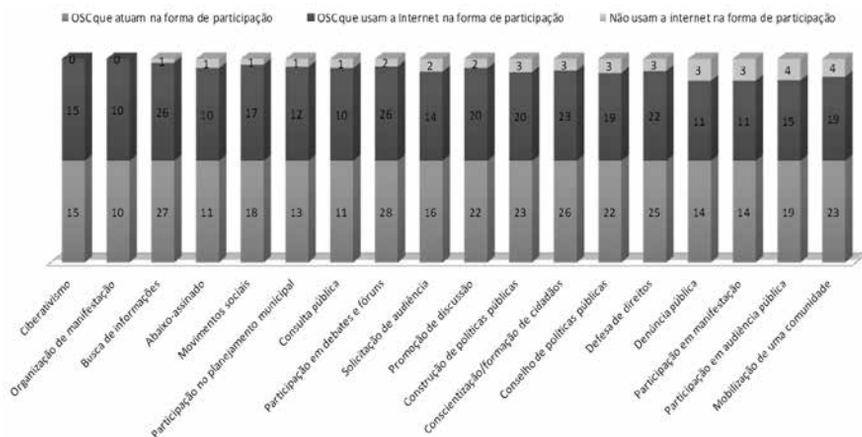
4.6 A APLICAÇÃO DA INTERNET NA ATUAÇÃO POLÍTICA

A internet não promove automaticamente a participação política. Como diz Maia (2011: 69), é preciso antes "olhar tanto para as motivações dos sujeitos quanto para os usos que eles fazem dela em contextos específicos." Quanto às motivações, já vimos que a maioria das organizações alçou a participação política ao nível de prioridade. Vejamos agora no contexto específico da atuação política, pela perspectiva das OSC.

Duas organizações disseram não utilizar a internet em nenhuma das formas de participação política. Com isso, a pesquisa nesta etapa apresenta dados de 30 organizações que, em graus e formas diferentes, relacionaram a internet como ferramenta para levar a cabo a atuação política a que se propõem.

O Gráfico 2 ilustra o peso relativo da internet para cada uma das formas de participação. O apoio a candidatos ou partidos políticos que foi citada apenas por duas organizações (Gráfico 1) foi excluído desta parte do estudo, em função de sua baixa relevância frente às demais formas de participação.

GRÁFICO 2 – O PESO DA INTERNET NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA



Fonte: Pesquisa das autoras, 2013.

Retornando à análise das informações do Gráfico 2, embora a participação em debates ou fóruns seja praticada por 28 organizações e tenha, em números absolutos, um uso elevado da internet (26 organizações), em termos proporcionais não é a principal forma para a qual a internet é utilizada. Por outro lado, o ciberativismo, obviamente, apresenta uma correlação total.

Quinze organizações disseram praticar **ciberativismo**. O ciberativismo está relacionado ao uso de meios eletrônicos para organizar e mobilizar as pessoas em torno de uma causa. Ainda que seja discutível se de fato metade das organizações se valha dos recursos tecnológicos com esse fim, já que muitas têm sítios eletrônicos com aspecto meramente informativo de suas ações. A pesquisa de Pereira (2011: 14) encontrou indicadores semelhantes:

A Internet pode colaborar com o processo de mobilização através de boletins, emails, listas de discussão, blogs, twitters e sites. As redes telemáticas se baseiam principalmente em práticas descentralizadas entre as entidades, suas bases e os militantes internautas ocasionais, através da construção de um espaço cooperativo que oferece informações vindas das mais variadas fontes e que pode vir a enriquecer as práticas coletivas.

O resultado mais surpreendente, no entanto, é a constatação do massivo uso da internet em todas as formas de participação política. Essa é uma informação que difere fortemente da realidade levantada (Borges, 2012) a apenas dois anos atrás com amostra com características semelhantes à estudada agora. No levantamento realizado em 2011,

apenas 55% das OSC que organizavam manifestações, utilizavam a internet de alguma forma. Atualmente, observa-se que todas se valem da plataforma como meio para **mobilizar grupos em torno das manifestações**.

Com relação aos usos políticos, as organizações vão experimentando os recursos tecnológicos como aliados para divulgar e buscar apoio para suas causas, para abrir espaços de discussão e também na tentativa de mobilizar as pessoas para participar de ações tanto no mundo virtual, como no real. Portanto, tendem a usar ações híbridas – ações *on-line* e *off-line* – para aumentar o alcance de suas propostas:

“A [organização] sempre foi avançada no uso da tecnologia. Estamos muito on-line, melhorando a nossa linguagem para atingir o público de uma forma geral, principalmente por causa da captação de recursos, inclusive com as redes sociais, com estratégias de mobilização que nós usamos para advogar os direitos das organizações que a gente apoia.” (COM)

Na cauda de organizações ao redor do mundo que vêm empregando a internet – e em especial as redes digitais – para mobilizar para manifestações, todas as 10 organizações que atuam nessa forma de participação política, utilizam os recursos digitais para tal fim. Características da internet como baixo custo, rápida disseminação da informação e amplo alcance a tornaram uma ferramenta poderosa para mobilizar, organizar e maximizar a atuação dessas organizações:

[...] o poder integrador das páginas web e do universo que formavam trouxe para a comunicação distribuída a reunião dos diferentes movimentos em ações coletivas, seja para empreender uma luta comum, seja para construir uma atividade comum. [...] Nasce a guerra em rede (netwar), que permite aos movimentos sociais lutarem vantajosamente contra Estados e corporações. O movimento zapatista, nascido em 1994, será o principal exemplo desse poder e a principal escola de aprendizado para ONG e movimentos sociais (Antoun, 2008: 16).

Como **fonte de informação**, os canais disponibilizados através da internet tornaram-se os preferidos por quase todas as organizações. Já frisamos a proximidade entre informação e participação política e isso fica mais uma vez evidenciado ao se constatar que 26 das 27 organizações que reconhecem essa relação, valem-se da internet como plataforma de acesso. Para além do acesso, no entanto, vale destacar outro uso da Internet pelas OSC que é a contribuição que têm dado na gestão e disseminação de informação política para públicos com determinado recorte de interesse. Como alguns autores (Bobbio, 1997; Maia, 2008) vêm reportando, é improvável que todos os cidadãos tenham um interesse ativo em

participar de todos os assuntos públicos, então pode ser de grande valia encontrar esses assuntos minimamente organizados e com linhas de ação projetadas quando e para os que se interessam. Por outro lado, é questionável se isso não geraria uma adesão acrítica dos cidadãos.

Os movimentos sociais têm como importante diretiva de ação a reapropriação dos códigos para remeter à realidade. Para isso recorrem à produção e publicização de informação e/ou contra-informação, de modo a potencializar sua ação política, fato que pode ser notado na presença de inúmeros websites dedicados a campanhas globais de caráter ambientalista, humanista, pacifista ou econômico. (Reis; Martins, 2009).

5 CONCLUSÃO

O uso da internet vem transformando a maneira dos indivíduos obterem, produzirem e trocarem informações. A rapidez no acesso à informação e o baixo custo são as principais motivações para sua utilização, potencializando ações mobilizadoras de organizações da sociedade civil. Entretanto, como observado na pesquisa de Norris (2001), não se pode afirmar que a internet mobilizou grupos anteriormente inativos, mas as tendências anteriores de participação política ganharam ferramenta importante de atuação com a Rede.

As discussões e os resultados apresentados conduzem a conclusão de que há uma relação de interdependência entre os objetivos originais das organizações e a atuação política, na medida em que a participação política apresenta-se como necessária para que as organizações atinjam seus objetivos e estes, por sua vez, dão consistência à atuação política, colocando-a como máxima prioridade ou uma das principais prioridades para a maioria das organizações pesquisadas.

Neste sentido, a apropriação da internet pelas organizações de sociedade civil pode ser entendida como a incorporação de uma nova plataforma tecnológica que vai além de uma mera ferramenta: a internet tem representado um ambiente de informação diversificada e comunicação diluída, uma alternativa relevante à informação massificada e à comunicação unilateral. Para as OSC estabelece, portanto, um lócus adequado ao fortalecimento da participação política.

Evidência desta conclusão é que as formas de participação políticas mais recorrentes entre as organizações – debates e fóruns, busca de informações, conscientização e defesa de direitos – são efetivadas utilizando-se dos recursos digitais. Mais que uma constatação pontual, esta é uma tendência, o que ficou evidenciado na comparação entre os dados levantados em 2011 (Borges, 2012) e os atuais.

Merece destaque ainda a ênfase que as organizações dão à informação a fim de manterem uma atuação política consciente. Vinte e sete delas (84,4%) indicaram a busca de informação entre as atividades que empreendem a fim de participarem dos processos

sociais. Trata-se de uma vinculação presente nos modelos teóricos da democracia, mas que nesta pesquisa encontrou reflexo nos dados empíricos. Ou seja, está muito presente no discurso das OSC o entendimento de que precisam estar bem informadas para compreender a sociedade e buscar soluções para seus problemas. Da mesma forma, a compreensão de que nos espaços públicos de que participam, precisam fazer intervenções com base na leitura do cenário e, portanto, mais uma vez munidas de informações seguras, abrangentes e relevantes.

Percebe-se que a participação política se torna cada vez mais híbrida, uma vez que utilizando os espaços *on-line* e *off-line*, as OSC integram várias mídias para interagir com a sociedade. A capacidade de mobilizar os recursos da internet para estabelecer e manter comunicação, conseguir cooperação e organizar manifestações é, portanto, um diferencial na atuação política recente das OSC. Contudo, não há indícios de que a internet si só impulsionou a participação política, visto que atua de forma a complementar à motivação política já existente na organização. Conquanto, há de se reconhecer que as ferramentas digitais potencializam as ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil de Salvador.

REFERÊNCIAS

- ACOPAMEC (2008). Relatório anual 2008. Salvador: ACOPAMEC.
- AKUTSO, L. e PINHO, J. A. G. (2002). "Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil". RAP, v. 36, n. 5.
- BORGES, J. (2012). "O uso da internet por organizações da sociedade civil enquanto atores cívicos". *Fronteiras: estudos midiáticos*, v. 14, n. 2, p. 121-132. Acedido em 07 de Abril de 2013 em: <http://www.unisinos.com.br/revistas/index.php/fronteiras/article/view/fem.2012.142.06/997>
- BORGES, Jussara et al. (2012). Competências infocomunicacionais: um conceito em desenvolvimento. In XIII Enancib, 2012, Rio de Janeiro. *Anais Digitais*. Rio de Janeiro: Ancib.
- BUCY, E. P. e GREGSON, K. S. (2001). Media participation: a legitimizing mechanism of mass democracy. *New Media & Society*, v. 3, n. 3, pp. 357-380.
- CARPENTIER, N. The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate? *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 14, n. 2, pp. 164-177, maio/agosto 2012
- CHRISSAFIS, T. e ROHEN, M. (2010). European e Participation developments: from ad hoc experiences towards mass engagement. *JeDEM*, v. 2, n. 2, pp. 89-98.
- CÔRTEZ, S. M. V. (2005). Fóruns participativos e governança: uma sistematização das cons-

- tribuições da literatura. In LUBAMBO, C. et al (Org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Cap.1. pp. 13-32. Petrópolis: Vozes.
- DAHLBERG, L. (2006). Democracy via cyberspace: mapping the rhetorics and practices of three prominent camps. *New Media & Society*, v. 3, n. 2, pp. 157-177.
- DEUZE, M. (2006). Participation, remediation, bricolage: considering principal components of a digital culture. *The Information Society*, v. 22, n. 2, pp. 63-75.
- DIMAGGIO, P. et al. (2001). Social implications of the Internet. *Annual Review of Sociology*, v. 27, pp. 307-336.
- FRADE, M. A. F. (2002). Mídia e cidadania. *Revista Informação & Sociedade: Estudos*, v. 12, n. 1, Acedido em 25 de Julho de 2004 em: <http://www.informacoesociedade.ufpb.br/1210201.pdf>.
- GENNARO, C. D. e DUTTON, W. (2006). The Internet and the public: *online* and *offline* political participation in the United Kingdom. *Parliamentary Affairs*, v. 59, n. 2, pp. 299-313.
- GOMES, W. (2005) A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras*, v. 7, n. 3, pp. 214-222.
- GOMES, W. (2011). Participação política *online*: questões e hipóteses de trabalho. In MAIA, R. C. M. et al (Org.). *Internet e participação política no Brasil*. Cap.1. pp. 19-45. Porto Alegre: Sulina.
- JOHNSTON, P. (2010). Transforming government's policy-making processes: why encouraging more and easier citizen into policy-making is not enough. *JeDEM*, v. 2, n. 2, pp. 162-169.
- KUMAR, K. (2006). A Sociedade de Informação. In KUMAR, K. (Org.). *Da sociedade pós-Industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo* (45-74). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MACINTOSH, A. e WHYTE, A. (2006). Evaluating how eparticipation changes local democracy. In *E-GOVERNMENT WORKSHOP'06 (EGOV06)*, 6., 2006, West London. Anais. London: Brunel University. Acedido em 2 de Outubro de 2011 em: <http://www.iseing.org/egov/eGOV06/Accepted%20Papers/624/CRC/Evaluation%20of%20eParticipationv-v2-submitted.pdf>.
- MAIA, R. (2008). Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In GOMES, W. e MAIA, R. C. M. (Org.). *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas* (327-348). São Paulo: Paulus.
- MAIA, R. (2011) *Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política*. In: MAIA, R. C. M. et al (Org.). *Internet e participação política no Brasil*. (cap.2, pp. 47-91). Porto Alegre: Sulina.
- NORRIS, P. (2001). *Digital divide: civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University.
- PATEMAN, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PEREIRA, M. A. (2011). *Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital*. In *ENCONTRO DA COMPOLÍTICA*, 4., 2011, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Acedido em 2 de

Outubro de 2011 em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>.

PINHO, J. A. (2011). Sociedade da Informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, Internet e democracia na realidade brasileira. RAE, v. 51, n. 1, pp. 98-106.

SAMPAIO, R. C. (2010). Participação política e os potenciais democráticos da internet. Revista Debates, v. 4, n. 1, pp. 29-53.

TEIXEIRA, E. C. C. (2008). Sociedade civil na Bahia: papel político das organizações. Salvador: EdUfba.

WOLTON, D. (2006). É preciso salvar a comunicação. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

ZIBA, A. (2007). Technology choices and 'literacies' for eParticipation in Malawi. In AVDIC, A. et al (Org.). Understanding eParticipation: Contemporary PhD eParticipation Research in Europe (167-182). Örebro: Örebro University Library.